
CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PORTAIS DE NOTÍCIA ON-LINE: FALAMOS, AINDA, DE DISCURSO JORNALÍSTICO?

Alexandre da Silva Zanella

Orientadora: Prof^a Dr^a Vanise Medeiros

Doutorando

Para este trabalho, debruço-me sobre uma questão central em minha pesquisa de doutorado, a saber: como pensar o discurso produzido pelos portais on-line (em âmbito brasileiro)? Para tanto, inicio fazendo uma entrada pelo discurso jornalístico impresso, para depois pensar a questão do digital.

Sobre o impresso

Mariani (1998), em *O PCB e a imprensa*, nos apresenta, dentre outras coisas, um funcionamento do discurso jornalístico impresso que se dá na relação entre a instituição jornalística e um polo receptivo, isto é, o leitor. De acordo com a autora:

O que chamamos de instituição [...] é fruto de longos processos históricos durante os quais ocorre a sedimentação de determinados sentidos concomitantemente à legitimação de práticas ou condutas sociais. São práticas discursivas e não discursivas que se legitimaram e institucionalizaram, ao mesmo tempo em que organizam direções de sentidos e formas de agir no todo social. (p. 71).

A prática jornalística, como qualquer outra prática, aliás, lida com formações imaginárias: há um imaginário sobre a instituição, sobre o jornal, sobre o sujeito jornalista, sobre o(s) sujeito(s) leitor(es), o(s) acontecimento(s) histórico(s) e político(s), e assim por diante. Dela Silva (2014), a propósito desta prática, entende-a como “a produção de efeitos de sentidos para e por sujeitos (ORLANDI, 2001), determinada por condições de produção específicas das práticas discursivas midiáticas”. Nesse sentido, cabe à instituição jornalística, ou melhor, aos sujeitos jornalistas que têm seu fazer nessa instituição, trabalhar sentidos que se produzem interdiscursivamente, materialmente determinados.

Mariani (1998) afirma que, em nosso tempo (refere-se aos anos 1990), a mídia começa a deixar de posicionar-se como neutra, imparcial e objetiva. Há um enfraquecimento do mito da neutralidade, da ilusão da comunicação baseada em fatos. A assunção, porém, daquilo que Mariani chama de “lado interpretativo” ainda caminha em marcha lenta, no que compete, pelo menos, às grandes corporações midiáticas.

Seguindo com a mesma autora, há também um funcionamento no discurso jornalístico que se volta para o “inesperado (aquilo para o que ainda não há memória) ou possível/previsíveis (ou seja, fatos para os quais se pode dizer algo porque guardam semelhanças com eventos ocorridos anteriormente)” (p. 60). É nesse âmbito que os jornais vão organizando

filiações de sentidos possíveis para o acontecimento não apenas em termos de uma memória, mas também no que diz respeito aos desdobramentos futuros. Para tanto, os jornais nomeiam, produzem explicações, enfim, ‘digerem’ para os leitores aquilo sobre o que se fala. Esse processo de encadeamento cria a ilusão de uma relação significativa entre causas e consequências para os fatos ocorridos. (p. 60).

Nessa direção, o discurso jornalístico assume uma modalidade: a de *discurso sobre*. Esse *discurso sobre* atua sobre a memória, na institucionalização dos sentidos, e representa lugares de autoridade.

Como se sabe, em sua pesquisa sobre o discurso jornalístico sobre os comunistas, Mariani (1998) debruçou-se especificamente nos jornais impressos. Em meu trabalho, não lido com a mídia impressa, mas eu a trago para pensar meu objeto. Portanto, de que forma podemos pensar essas questões que viemos traçando até aqui quando consideramos o digital e a prática jornalística nesse meio?

Tenho como objetivo de minha tese de doutorado analisar os modos como vão se constituindo as subjetividades homossexuais na mídia on-line. Para tanto, tenho trabalhado

com portais de notícia on-line brasileiros (*GI, Terra Notícias, UOL Notícias, Carta Capital, Rede Brasil Atual e Carta Maior*). Em outras palavras, minha escuta se volta à questão do funcionamento do *discurso sobre* os espaços destinados aos sujeitos homossexuais urbanos (contemporaneamente) em como eles comparecem no on-line, nesse jogo entre o dizer e o ser dito pela mídia. O chamariz para analisar esta questão discursivamente, por sua vez, se dá na língua, a partir de uma denominação: *gay-friendly*. Com efeito, minha investigação incide sobre o discurso jornalístico on-line, tendo o espaço digital como horizonte, baseado teórica e metodologicamente nos pressupostos da Análise de Discurso de orientação francesa (Pêcheux, Orlandi). Vale dizer que pude eleger este modo de entrada para a análise pelas possibilidades de atualização da denominação que persigo a partir de buscas efetuadas nos portais de notícias on-line.

Sobre o digital

Antes de entrarmos propriamente na questão do discurso jornalístico on-line, é preciso fazer uma incursão sobre a questão do espaço da internet e do digital. Conforme Dias (2004), há um funcionamento do espaço da internet que é o do não localizável, do virtual. Isso desloca profundamente o modo de conhecermos o espaço, porque afeta diretamente o modo de o sujeito se inscrever nele. Ou seja, não se trata (mais) (apenas) de um espaço físico. O sujeito desse espaço da internet, também sujeito *a* ele, é um sujeito que transcende uma localidade física porque está no virtual. Isto quer dizer que enquanto o sujeito tecla de sua casa ou de seu celular está, ao mesmo tempo, lincado a um espaço que é virtual numa rede que é mundial. Que deslocamentos isso produz quando pensamos, então, nas subjetividades que participam (falam e são faladas) desse/nesse espaço virtual? Dias (*ibid.*, p. 36) nos dá algumas pistas: “Os modos de produção, os instrumentos dos quais o homem se serve ao longo de sua vida, moldam o próprio funcionamento do mundo e a constituição do sujeito”. Se pensamos, por exemplo, na emergência da criação de espaços numa determinada formação discursiva, estamos pensando nas próprias trajetórias de inscrição (d)e sentidos de vida dos sujeitos.

Em outro texto, Dias (2011, p. 127) diz que o surgimento da informática e, depois, o da internet,

foi produzindo efeitos de sentido na vida do sujeito contemporâneo, pouco a pouco, ao mesmo tempo em que a globalização se consolidava sustentada pelo imaginário da interconexão planetária que a Internet tornaria possível com sua arquitetura em rede. [...] A noção de rede vai [...] significar o modo de *organização* das sociedades naquilo que concerne os modos e os meios dessa organização, mas também sua *ordem*.

A propósito, sobre a questão do digital, Orlandi (2012) nos alerta “que não se pode reduzi-la desligando-a das demais questões que fazem parte da reflexão sobre qualquer forma de linguagem: memória, ideologia, história, subjetividade, individuação, materialidade, etc.” (p. 69). Isso quer dizer que o digital que permeia as relações entre os sujeitos em nossos dias necessariamente produz sentidos quanto às formas dessas relações.

Se vimos até aqui que a emergência da internet e dos meios digitais determinam que i) não há mais um localizável, uma referência, com relação ao espaço (por sinal, o conceito de ‘nuvem’ vem bem a calhar quando o assunto é este...), e que ii) o sujeito é atravessado, arrebatado e arrebanhado pela rede da internet, de modo que ser sujeito, em nossos dias, significa estar no digital, já que nossas sociedades se organizam também em virtude dessa rede, para pensar o discurso jornalístico on-line iremos levantar algumas questões sobre como esse atravessamento do digital afeta a prática jornalística.

Precisamos considerar que a rede mundial de computadores põe on-line, ao mesmo tempo, uma quantidade gigantesca de informação, “com um diâmetro de influência maior no cotidiano e implicações incalculáveis” (ROMÃO, 2004, sem indicação de página) que afetam o sujeito em sua prática jornalística. Não se trata mais da produção da notícia para o dia seguinte, apenas, mas também da produção da notícia *em tempo real*, dos comentários que se seguem à publicação da notícia, nas opções de avaliação presentes das páginas da internet (“Curtir”, “Compartilhar” via *Facebook*, *Twitter*, e-mail, SMS, *WhatsApp*, etc.) nos sites.

No que compete aos portais de notícias de on-line, pode-se dizer que há um trabalho de recorte e seleção desta ‘quantidade gigantesca de informação’, isto é, de fatos de linguagem transformados em informação (ORLANDI, 2010), de que falei anteriormente: não é toda e qualquer ‘informação’ que se torna notícia, ou melhor, não é todo e qualquer fato de linguagem que se transforma em informação, mas aquilo que, para um determinado grupo midiático, é passível de tornar-se notícia. Em outras palavras, há um agenciamento do que pode e deve ser notícia, que ocorre porque há um atravessamento ideológico que delinea a linha editorial do grupo midiático, há formações discursivas nas quais ele se inscreve, há a posição de sujeito que os jornalistas assumem. Nesse sentido, não se vê um distanciamento do

que ocorre na prática jornalística do impresso, que lança mão de algumas categorias, segundo Mariani (1999): a) “o que é inesperado (no sentido de inusitado)”;

b) “com o que é possível (em termos da vida cotidiana em suas dimensões políticas, sociais, econômicas, culturais, esportivas, etc.)”; e c) “com o que é previsível (em termos de acontecimentos futuros)” (p.112). Os gestos de interpretação da informação, porém, se dão de maneira distinta porque estão num suporte digital (e quero investigar isso em minha tese). A começar pela linguagem numérica e lógico-matemática do mundo virtual, conforme Dias (2011, p. 126):

Por ser uma linguagem numérica, artificial, a linguagem do virtual não participa diretamente da cena a qual se refere para significá-la, uma vez que é pela algoritmização das imagens, das letras, da voz, que essa linguagem se produz, sendo ela um mediador entre a situação e a formulação dessa situação no espaço virtual. Assim, cada letra do teclado é decodificada por um conjunto de 8 bits ou 1 byte, ou seja, combinações binárias de 0 e 1. Por exemplo, o caractere “a” do teclado é codificado pelo octeto 0110 0001, a maiúscula “B” por 0100 0010, o sinal “+” por 0100 1011, e assim por diante.

Ou seja, trata-se de uma transformação ocorrida na própria escritura. Não irei me ater a este ponto aqui, mas vale demarcar que desde o seu início a linguagem informatizada passa por uma sistematicidade distinta, isto é, é capturada de uma forma diferente; “linguagem máquina”, linguagem que passa pelo cálculo, mesmo que o sujeito não se dê conta disso, ainda conforme Dias (*id.*). E isso afeta a própria forma de se entender a linguagem.

Avançando um pouco mais, embora situados virtualmente na internet, onde têm seu funcionamento, os portais de notícia on-line são mantidos por empresas corporativas físicas que produzem seu conteúdo para um ambiente que é virtual (O site do *GI* com que trabalhamos, por exemplo, pertence às Organizações Globo).

Então poderíamos dizer que esses aspectos elencados compartilham da dimensão institucional do discurso jornalístico impresso mas transpostos num ambiente virtual? O que muda? O que desloca? O que permanece?

O discurso (no) digital

Orlandi (2010, p. 6) define *memória metálica* (em oposição à memória discursiva) como aquela produzida pela mídia:

A memória da máquina, da circulação, que não se produz pela historicidade, mas por um construto técnico (televisão, computador, etc.). Sua particularidade é ser horizontal (e não vertical, como a define Courtine), não havendo assim estratificação em seu processo, mas distribuição em série, na forma de adição, acúmulo: o que foi dito aqui e ali e mais além vai se juntando como se formasse uma rede de filiação e não apenas uma soma, como realmente é, em sua estrutura e funcionamento. Este é um efeito – uma simulação - produzido pela memória metálica, memória técnica. Quantidade e não historicidade. Produtividade na repetição, variedade sem ruptura. E o mito, justamente, desta forma de memória é o “quanto mais, melhor”.

Por esse seu funcionamento, a memória metálica afeta de um modo diferente o circuito constituição-formulação-circulação e as função-autor e função-leitor, porque, ainda segundo a autora, incide sobre a interpretação¹ (*gesto no nível simbólico, marcado pela incompletude; lugar próprio da ideologia*). E aqui estamos falando especificamente da forma como aquilo que está na rede produz sentido de uma forma diferente do impresso, porque se trata de uma outra materialidade significativa em forma de texto (no) digital. Além disso, nos portais de notícia on-line há um imaginário de interação, evidenciado pelas opções de “curtir”, “compartilhar”, “enviar”. É como se o sujeito-leitor pudesse ‘participar’ do processo de significação da notícia: gosta ou não gosta do que leu sinalizando por uma contagem quantitativa, envia para outras pessoas, etc. O que isso produz enquanto efeitos de sentidos ainda é algo que sigo investigando, mas posso desde já dizer que a forma como os sujeitos experimentam o digital, aliás, como o digital afeta os sujeitos, é diferente da forma como os sujeitos lidam com o impresso, porque são condições de produção diferentes produzindo diferentes efeitos de sentidos, sobretudo em relação ao espaço e as dis-posições ocupadas pelos sujeitos. Pois, como diz Orlandi (2010, p. 13), “o espaço significa, tem materialidade e não é indiferente em seus distintos modos de significar”.

Além disso, entendemos, ainda na esteira de Orlandi (id., p. 14) que o espaço digital é “fundamentalmente urbano”, porque o virtual se inscreve no urbano, bem como o urbano se inscreve no digital. Mas aí está a virada da autora: para ela, há uma urbanidade que afeta o virtual, e isto inverte a lógica consensual de que seria o meio digital que afetaria o urbano.

¹A distinção que faz Orlandi (2012 [1996]) parte de que, uma vez que somos interpelados em sujeito pela ideologia, sempre há interpretação, ela é um “‘gesto’, ou seja, é um ato no nível simbólico [...]” (*ibid.*, p. 18). A compreensão, por sua vez, é a “explicitação do modo como o discurso produz sentidos” (*ibid.*, p. 33), e é este o trabalho da Análise de Discurso. Sempre com Orlandi (2012 [1996], p. 64), para a Análise de Discurso, “interpretar [...] não é atribuir sentidos, mas expor-se à opacidade do texto [...], ou, como tenho proposto (Orlandi, 1987), é compreender, ou seja, explicitar o modo como um objeto simbólico produz sentidos, o que resulta em saber que o sentido sempre pode ser outro.” Poderíamos, portanto, dizer que, se todo sujeito é fadado a atribuir sentidos, a interpretar, ao analista de discurso cabe, para além dessa interpretação, compreender como um objeto simbólico faz sentido, ou seja, como ele funciona.

Não me aprofundarei nessa questão, por ora, mas ela importa à medida que consideramos os sujeitos envolvidos no processo de produção do discurso jornalístico. Trata-se especificamente de um sujeito cidadão, urbano e urbanizado, mesmo quando fora das cidades.

Finalmente, já me encaminhando para uma conclusão, vale dizer que, ao tratar do discurso jornalístico on-line em consonância e dissonância com o discurso jornalístico impresso, estou considerando, com Dela Silva (2014), que:

os dizeres da/na mídia constituem acontecimentos jornalísticos ao instaurarem discursividades, ou seja, ao produzirem efeitos de sentidos para e por sujeitos, o que se dá a partir das condições de produção específicas das práticas midiáticas. Ao lado da noção de acontecimento histórico, entendemos o acontecimento jornalístico como um acontecimento do discurso, uma prática discursiva, uma vez que, ao ser formulado, ele promove gestos de interpretação que atualizam e retomam sentidos em curso, em um dado momento histórico.

Ora, se o fazer jornalístico acede a uma memória sobre a prática jornalística do impresso no que se refere à produção/escritura da notícia, o espaço e o tempo dessa produção, entretanto, transbordam os limites outrora postos: o on-line comporta a reorganização desse espaço e desse tempo (não cronológico, mas relativo) própria do meio digital (DIAS, 2004; ROMÃO, 2004), no que ela importa enquanto diferença em relação a outras formas de produção de discursos. (Note-se que me refiro especificamente aos portais de notícias on-line (e não a blogs, por exemplo)). Finalizo, portanto, dizendo que a dimensão institucional do discurso jornalístico se atualiza no digital: compartilha de uma prática jornalística há muito formada, mas ressignificada pelo modo como o virtual afeta essa prática em sua dimensão espaciotemporal, afetando os sujeitos envolvidos no processo desse fazer. De toda forma, cabe ainda questionar: que sujeito é esse que o digital produz pensando o efeito leitor e o efeito autor? Como essa memória metálica afeta o discurso jornalístico produzido on-line? Que outros deslocamentos o digital insere nessa prática jornalística outra? Estes são os caminhos ainda abertos à investigação.

REFERÊNCIAS

DELA SILVA, S. (Des)Construindo o acontecimento jornalístico: por uma análise discursiva dos dizeres sobre o sujeito na mídia. 2014 (no prelo).

DIAS, C. P. *A discursividade da rede (de sentidos): a sala de bate-papo hiv.* 2004. 176 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2004.

_____. O sentido das cidades virtuais. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 53, v. 2, Campinas, SP: jul./dez. 2011. p. 125-136.

MARIANI, B. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1998.

_____. Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico – A Revolução de 30. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (orgs.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto, 1999.

ORLANDI, E. P. A contrapelo: incursão teórica na tecnologia – discurso eletrônico, escola, cidade. *Revista Rua* [online], n. 16, v. 2, Campinas, SP: 2010. p. 5-18.

_____. *Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

ROMÃO, L. M. S. Nós, desconhecidos, na grande rede. *Linguagem em (dis)curso*, Tubarão, SC, v. 5, p. 71-91, 2004.